

# Receita Federal processa quem estimula a Feira do Paraguai

Jefferson Rudy 24.12.94

*Cerco ao contrabando vai atingir desde camelôs até funcionários da Administração de Brasília por incitação ao crime*

Maísa Moura  
Da equipe do Correio

O Ministério Público está fechando o cerco ao contrabando e vai processar quem vende mercadoria ilegal na Feira do Paraguai. Nem mesmo as pessoas que estimulam e defendem a manutenção da feira serão poupadas. Elas também poderão ser processadas por incitar ao crime de contrabandação penal.

Para isso, a Procuradoria-Geral da República no Distrito Federal já está se municiando. Os procuradores receberam, nesta semana, um relatório da Receita Federal, com 60 páginas, com provas e documentos que incriminam feirantes e funcionários da administração de Brasília, incluindo o administrador Valter Nei Peninha.

O relatório foi solicitado pela Procuradoria no dia 18 de junho, em carta ao superintendente da Receita na 1ª Região Fiscal, Antônio Carlos Guimarães. Além da lista de todos os feirantes e do número de barracas, os procuradores querem saber quando e em que circunstâncias foi criada a feira e qual é o envolvimento das autoridades do Governo do Distrito Federal na sua manutenção.

O administrador de Brasília, Valter Peninha, e o chefe da Divisão Regional de Serviços Públicos da Administração, Valdson Fernandes Marques, deverão ser intimados pela Procuradoria, para explicar porque estimulam o comércio de contrabando na cidade.

O administrador foi responsável pela organização da feira no estacionamento do Estádio Mané Garrincha e pelo censo, realizado em 1994, em que foram cadastrados 1.264 feirantes. Procurado pela reportagem, o administrador informou que não falará sobre o assunto.

Ele só vai se pronunciar depois que for intimado pelos procuradores.

Contra Marques, o Ministério Público tem em mãos a cópia de um comunicado aos feirantes, datado de 28 de julho de 1995, impedindo-os de vender mercadorias nacionais na feira e, portanto, de legalizarem sua atividade.

## PREJUÍZO

Os prejuízos para o Fisco e para o Governo do Distrito Federal também fazem parte do "dossiê" da Feira do Paraguai enviado à Procuradoria. Pelos cálculos da Receita, a cada mês entram no Distrito Federal cerca de US\$ 50 milhões em contrabando. Somente os sacoleiros, que trazem de ônibus as mercadorias de Ciudad Del Este, são responsáveis por US\$ 20 milhões em contrabando.

"É um volume muito alto e o prejuízo para os cofres da Receita é muito grande, pois nenhum centavo de imposto é recolhido pelo comércio dessa mercadoria. Independentemente da ação da Procuradoria, vamos continuar nosso trabalho de fiscalização, municiando o ministério público para atacar o contrabando", informa Antônio Carlos Guimarães, superintendente da Receita no DF.

Um dos instrumentos que estão sendo utilizados pela Receita para frear o contrabando tem sido a fiscalização e apreensão de mercadorias nas rodovias que dão acesso ao Distrito Federal. Segundo dados recolhidos junto ao DNER, (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem) no ano passado cinco mil ônibus saíram de Brasília em direção a Ciudad Del Este e a Pedro Juan Caballero. A cada mês, 420 ônibus chegam a Brasília repletos de mercadorias vindas do Paraguai sem o pagamento de imposto de importação.



Feira do Paraguai: prejuízos para o Fisco e para o Governo do Distrito Federal